

Auc - Educ

Empresas querem gerenciar universidades

Do Sucursal de Brasília

A iniciativa privada quer participar da gestão das instituições voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico (agências governamentais de fomento, universidades e institutos de pesquisa). A proposta foi defendida ontem pelo vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), Atilano de Oms, 44, na subcomissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia do Congresso constituinte.

Ele sugeriu um modelo tripartite, com participação do governo, comunidade científica e empresas na formulação da política de desenvolvimento tecnológico, como forma de superação do atraso no setor e de

fixar os especialistas nas universidades, evitando a superposição de esforços, a falta de critério na aplicação dos recursos e a desconexão entre universidade e iniciativa privada.

Oms disse que a proposta da Abinee inclui a criação de um conselho de políticas estratégicas, de caráter deliberativo, que participaria da administração das universidades, com participação da iniciativa privada. Este conselho opinaria inclusive sobre o currículo adotado, para que a universidade produza profissionais adequados ao mercado.

O vice-presidente do Conselho de Reitores da Universidade Brasileira (Crub), Eduardo José Coelho, 38, disse que a aproximação com a

iniciativa privada já está ocorrendo, e que as universidades estão interessadas em abrir espaço à sociedade na discussão de suas prioridades, mas a tese do conselho paritário não é aceitável na gestão da universidade. "Temos que garantir a autonomia da universidade para preservar a pesquisa básica", afirmou. Coelho disse que os investimentos governamentais para ciência e tecnologia devem ser feitos dentro das universidades. Oms disse que a iniciativa privada deve participar do investimento na pesquisa aplicada, e pediu a aprovação do anteprojeto de lei de incentivos fiscais para ciência e tecnologia.

Reserva de mercado

A proposta da Abinee sugere que o

mercado brasileiro seja considerado "patrimônio nacional", devendo ser utilizado como instrumento da política industrial e tecnológica do governo. A tese, que conta com o apoio do presidente da subcomissão, Aroldo de Oliveira (PFL/RJ), e da relatora Cristina Tavares (PMDB/PE), significa a consolidação constitucional da política de reserva de mercado. Aroldo de Oliveira disse que é favorável à extensão da reserva para outras áreas estratégicas, como a química fina e a biotecnologia. Todas as seis entidades que prestaram depoimento na subcomissão, até agora, defenderam a ampliação da reserva.